

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16518 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 10 - Ensino Fundamental

A POLÍTICA CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL: análise preliminar do contexto de influência da Associação de Municípios do Vale Europeu (SC)

Agnes Orzechowski - FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau

A POLÍTICA CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL: análise preliminar do contexto de influência da Associação de Municípios do Vale Europeu (SC)

RESUMO: A política curricular brasileira vem sofrendo mudanças a partir das novas relações entre os atores políticos que compõem a rede de governança. Com a aprovação da BNCC, os estados e municípios tiveram a oportunidade de (re)elaborarem seus documentos curriculares. Frente a isso, definiu-se como objetivo geral: investigar as políticas curriculares expressas nos documentos elaborados a partir do processo de implementação da BNCC no âmbito da Associação dos Municípios do Vale Europeu. Sendo um dos objetivos específicos: identificar o contexto de influência na elaboração dos documentos curriculares dos municípios. As lentes teóricas metodológicas utilizadas são o ciclo de Política (Bowe, Ball, Gold), análise relacional (Apple) e mobilidade de política (Avelar, Ball). Os resultados preliminares apontam que os municípios que possuem densidade demográfica menor que ou igual a 142,55hab/km², IDH menor que ou igual a 0,776, sistema educacional com número reduzido de docentes tendem a não (re)elaborar seu currículo. Contudo, alguns municípios não se enquadram nesta modulação e as razões podem ser posicionamento político, renda per capita ou a contratação de consultoria educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Política pública. Política educacional. Currículo. Município.

Com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular em 2017, houve a necessidade de adequação de estados e municípios às normativas curriculares, sendo concedida a possibilidade de aderir ou (re)elaborar seu currículo. Com esta possibilidade de escolha, surge a pergunta: quais foram as escolhas que os municípios, pertencentes à Associação dos Municípios do Vale Europeu (AMVE) em Santa Catarina, fizeram em relação à (re)elaboração dos documentos curriculares a partir da aprovação do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (CBTC) em 2019?

Para tanto, realizamos a análise dos documentos curriculares dos municípios pertencentes à AMVE delimitando como objetivo geral: investigar as políticas curriculares expressas nos documentos elaborados a partir do processo de implementação da BNCC no âmbito da AMVE. E como objetivo específico: identificar o contexto de influência na elaboração dos documentos curriculares dos municípios.

Considerando a atual política curricular, acreditamos ser necessário apresentar conceitos que nos servem de lentes para compreender a pesquisa que apresentamos. Compreendemos que várias podem ser as denominações que cada município elege para nomear o seu

documento curricular, contudo, independente da nomenclatura, todos eles explicitam como fundamento objetivos sociais e culturais além da definição de conteúdos e habilidades. Por isso, compreendemos o currículo como um “projeto cultural, social, político e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar e que se torna realidade dentro das condições da escola” (Sacristàn, 2000, p.34).

Não há neutralidade nos currículos. Os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado. (Sacristàn, 2000, p. 17).

Ainda mais, consideramos indispensável lançar luz ao conceito de mobilidade política para compreender o movimento global das políticas entre países, contudo, essas atividades globais podem ocorrer em escalas por meio de relações complexas com atores políticos “domésticos” agindo globalmente por si só (Avelar; Ball, 2024 p.26).

A pesquisa que ora apresentamos constitui-se como uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratória utilizando fontes documentais, dos municípios de: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó.

Realizamos a visita a cada um dos portais municipais com o objetivo de realizar a busca por informações sobre a (re)elaboração dos documentos curriculares, bem como o acesso aos documentos produzidos. Dos 14 municípios, apenas 4 tornaram públicos os documentos curriculares.

Neste hiato, houve a necessidade de certificar-se que os demais municípios (re)elaboraram seus documentos curriculares ou aderiram integralmente ao CBTC. Buscando esta informação realizou-se a investigação nos websites: Plataforma de Avaliação e Monitoramento da Implementação da BNCC e Observatório da Implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio.

A partir das informações geradas, definimos três categorias em relação ao alinhamento ao CBTC: os municípios que aderiram integralmente o CBTC, num total 6; municípios que declararam que aderiram integralmente o CBTC, mas que na prática (re)elaboraram o currículo próprio alinhado ao CBTC num total de 3; e os 5 municípios que os Conselhos Municipais de Educação definiram a (re)elaboração alinhada ao CBTC.

Dessa forma, para analisar o contexto de influência na produção dos documentos curriculares observamos a densidade demográfica dos municípios que fizeram inicialmente a adesão integral ao CBTC são aqueles que possuem densidade demográfica menor que ou igual a 142,55 hab/km². Vale destacar que apenas um município de Gaspar com densidade demográfica maior que a apresentada (187,71 hab/km²) fez a escolha de aderir integralmente ao CBTC.

Outro fator que analisamos em relação à adesão integral ao CBTC ou a opção de (re)elaboração do currículo foi o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ano base 2010. Percebemos que os municípios que têm IDH menor que ou igual a 0,776 aderiram inicialmente ao CBTC. Lembrando que os municípios de Botuverá, Rio dos Cedros e Guabiruba que inicialmente aderiram ao CBTC realizaram a (re)elaboração do documento curricular.

Quanto ao sistema educacional, os municípios que possuem quantidade menor ou igual a 286 docentes e matrículas menor ou igual a 4.411 estudantes fizeram a opção inicial pela adesão integral ao CBTC. Dentro deste contexto, são exceção a esta afirmação o município de Gaspar com 436 docentes e 7.104 estudantes matriculados optou por aderir integralmente ao CBTC. Assim, como os municípios de Botuverá, Guabiruba e Rio dos Cedros que aderiram inicialmente ao CBTC e apresentaram a (re)elaboração de seus documentos curriculares.

Atentando aos dados apresentados, percebemos um padrão constante entre as escolhas realizadas pelos municípios quanto à adesão ou (re)elaboração dos documentos curriculares, mas também percebemos exceções a esses padrões. Os municípios de Botuverá, Guabiruba e Rio dos Cedros tem indicadores que sinalizam para a adesão integral ao CBTC, contudo, mesmo sendo essa a posição inicial informada nas plataformas de monitoramento, os três municípios realizaram a (re)elaboração dos currículos. Desta forma, lançamos nosso olhar para analisar outros indicativos que podem ter influenciado na mudança de decisão.

Ao analisar a renda per capita de cada município, renda menores ou iguais a 50.664,89 compreendem os municípios que inicialmente aderiu integralmente ao CBTC, contudo analisando a renda per capita dos municípios de Guabiruba e Botuverá, o primeiro está como limite indicador daqueles que escolheram (re)elaborar o currículo, já o segundo tem per capita que pode sinalizar uma possível justificativa para a mudança de decisão, pois seu per capita é o segundo mais alto entre os municípios analisados. Mais uma vez, o município de Rio dos Cedros não sinaliza evidência que justifique a mudança na decisão para (re)elaborar o currículo.

Utilizamos também os websites dos municípios para pesquisar as licitações realizadas no período de 2017 até a data da publicação dos documentos curriculares para identificar contratações de consultoria. No caso de Rio dos Cedros (2017 a 2020) encontramos o contrato nº57/2019 para a contratação direta sem licitação de uma empresa de formação continuada para professores e consultoria para a secretaria de educação. Essa contratação pode dar indícios quanto à mudança na decisão quanto à (re)leitura do currículo. Quanto ao município de Guabiruba e Botuverá não encontramos contratos de formação continuada ou consultorio no período de 2017 a 2024.

Dessa forma, os resultados preliminares apontam que os municípios que possuem

densidade demográfica menor que ou igual a 142,55hab/km², IDH menor que ou igual a 0,776, per capita menor que ou igual a 50.664,89, sistema educacional com número de docentes inferior ou igual a 286 docentes e dessa forma com menor número de estudantes matriculados tendem a aderir integralmente ao CBTC. Assim, utilizando os parâmetros de forma inversamente proporcional temos no outro extremo, os municípios que optaram por (re)elaborar os documentos curriculares. Contudo, alguns municípios não se enquadram nesta modulação e as razões podem ser posicionamento político, renda per capita ou a contratação de consultoria educacional. Por isso, a partir dessa análise inicial, daremos continuidade ao estudo, analisando os documentos curriculares de cada município.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE EUROPEU; Disponível em <https://amve.org.br/pagina-25547/> acesso em 14/11/2023.

AVELAR, M.; BALL, S. Etnografia de rede: mudança de perspectivas, abordagens e métodos para analisar a nova governança educacional. In: BALL, S.; MAINARDES, J. **Pesquisa em políticas educacionais**: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2023**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024.

SACRISTÀN, J.G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.